

Canal Energia

Destaque

Distribuidoras têm a receber R\$ 16,2 bilhões em ativos regulatórios

Valor é estimado pela Abradee para todo o setor elétrico e engloba CVA, RTE, PIS, Cofins e diferimento de revisão tarifária

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Negócios

30/3/2005

As distribuidoras de energia estão tendo que administrar impactos financeiros vultuosos nos seus caixas. Devido à protelação do recebimento de direitos tarifários, por fatores diversos, as empresas do setor vêm acumulando buracos cada vez mais expressivos nas contas. É o que mostra um levantamento feito pela **Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica** com 13 grandes distribuidoras do país. Nelas, os ativos regulatórios postergados somam R\$ 10,7 bilhões. O número salta para R\$ 16,2 bilhões numa estimativa global do setor elétrico.

São quatro os itens que compõem o conjunto de ativos regulatórios protelados. O principal deles é a Conta de Variação da Parcela A (CVA), criada em 2002 para represar custos não-gerenciáveis atrelados ao dólar - como a compra de energia de Itaipu Binacional. Segundo o estudo, o valor a receber chega a R\$ 7,75 bilhões em todo o setor elétrico. A soma com a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), instituída para recompor as perdas das empresas com o racionamento de 2001 e 2002, totaliza R\$ 5,84 bilhões pelos cálculos da Abradee.

Ainda na conta dos ativos regulatórios enquadram-se a receita com o recolhimento do PIS e da Cofins, que apesar de estarem sendo pagos pelas empresas ainda não foram repassados às tarifas por falta de metodologia. Somados, os dois tributos totalizam R\$ 1,33 bilhão em créditos futuros nos caixas das distribuidoras. Outro impacto é provocado pelo diferimento dos percentuais de revisão tarifária, ocorrido quando os índices superam os que seriam dados em caso de reajuste anual. Neste caso, diz a Abradee, o valor postergado é de R\$ 1,28 bilhão.

Apesar de se configurarem como receitas futuras, que pelo menos em princípio está garantidas às concessionárias, os ativos regulatórios são vistos como uma barreira para os investimentos das empresas de distribuição. "Do ponto de vista financeiro, os volumes dos ativos regulatórios são receitas que deixam de entrar no caixa das companhias, afetando bruscamente a capacidade de investir", diz Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, que apresentou os números num seminário nesta quarta-feira (30), em São Paulo.

Segundo o presidente da CBIEE, os R\$ 16,2 bilhões em ativos regulatórios diferidos representam 20% da receita total do setor elétrico brasileiro, de R\$ 80 bilhões. "Falta dinheiro para as operações, e isso gera um risco grande", afirma Sales. Entre as operações em risco ele cita o pagamento, às geradoras, da energia comprada em pool nos leilões do governo. Além de comprometer a adimplência da cadeia setorial, o executivo frisa que o default afetaria a expansão, na medida em que os financiamentos são lastrados no pagamento da área de distribuição.